

LUGARES CENTRAIS E LUGARES PERIFÉRICOS DE GOIÂNIA: DIVERSIDADE E COMPLEXIDADE

Elaine Alves Lobo Correa¹

RESUMO

O objetivo deste texto é discutir a valorização e segregação socioespacial em Goiânia, um processo que propicia a formação de novas áreas de centralidades, tendo como reflexo o atual modo de produção capitalista. Tal processo é decorrente da questão do uso do solo urbano, um elemento capaz de promover a desigualdade de acesso a terra urbanizada. O ordenamento do espaço urbano goianiense criou vários lugares, destinados as diferentes classes sociais, que se contrapõem, sobrepõem e coadunam.

Palavras-chave: Goiânia; Produção do espaço; Valorização; Segregação socioespacial.

CENTRAL PLACES AND OUTLYING PLACES OF GOIÂNIA: DIVERSITY AND COMPLEXITY

ABSTRACT

This paper discusses the valorization and segregation space partner in Goiânia, a process that propitiates the formation of dynamics areas, tends as reflex the current way of capitalist production. Such a process is due to the subject of the use of the urban soil, an element capable to promote the access inequality the urbanized earth. That structuring of the space urban goianiense created several places, destined the different social classes, that if oppose, they put upon and they combine.

Keywords: Goiânia; Production of the space; Valorization; Segregation space partner.

INTRODUÇÃO

Apesar de jovem, Goiânia já apresenta alguns dos problemas comuns a outras metrópoles, consolidadas há décadas. Embora à época da construção da nova capital o estado de Goiás ainda fosse um local pouco explorado, comparando-se com o panorama de outras regiões do país, o processo de ocupação e de edificação de Goiânia foi rápido. Contudo, a despeito das facilidades encontradas, esse processo não deixou de ser dramático e conflituoso, no que diz respeito à ação do poder público e às disputas das classes sociais para se fixar na nova área urbana.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG/IESA. Técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo - SEPLAM da Prefeitura de Goiânia. E-mail: elaine.lobo1@gmail.com

Devido à vertiginosa ocupação e, conseqüentemente, à consolidação como espaço dinâmico, a capital tornou-se área metropolitana conurbando com os municípios vizinhos. Tal situação agravou os problemas já existentes, e a demanda por infraestrutura, por comércio e por serviços cresceu drasticamente, transformando as dinâmicas interna e externa da cidade.

Nesse sentido, a metrópole capitalista agrega uma dinâmica complexa e contraditória. Ela é uma obra, em que diversos agentes a produzem e a animam, logo, os interesses se opõem e sobrepõem num emaranhado de situações conflitantes.

Ela agrega uma ordem próxima e uma ordem distante que mantêm uma relação dialética, causando conflitos que fazem dela um lugar de lutas (LEFEBVRE, 2001). Esta luta refere-se, entre outras, à própria sobrevivência dos que ali se encontram. O cidadão vive uma busca de habitação, que é dificultada devido ao acesso ao solo urbano pela vida digna, com infra-estrutura básica, lazer, transporte coletivo de qualidade e, principalmente, pelo direito de ir e vir nos espaços públicos da cidade.

O presente estudo busca discutir a valorização e segregação socioespacial em Goiânia a partir de sua dinâmica interna, enfatizando a produção de seus lugares, fato que a torna diversa e complexa.

CENTRO, CENTRALIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A METRÓPOLE

Os estudos metropolitanos exigem do pesquisador um desdobramento complexo em relação à dinâmica urbana, pois diversos elementos fazem com que ela se torne densa, devido à sua gama de formas e funções, entre outros aspectos. O novo e o velho tornam-se contraditórios, mas criam estratégias de localização para a sobrevivência da cidade, ou seja, para a sobrevivência do capital. A busca do capital pelo lucro ocorre de forma intensa nos centros urbanos. Nesse sentido, Montessoro (2006, p. 21) chama a atenção quando diz:

O espaço urbano é o *locus* da produção e reprodução das relações socioespaciais sob as novas formas de comercialização e estratégias locacionais das atividades inseridas no contexto da (re)produção do capital no interior das cidades, mais precisamente, na área central. Assim sendo, a dinâmica da (re)produção dos espaços e as relações sociais imbricadas pela lógica capitalista assume o papel que desencadeia novas e/ou velhas formas espaciais com novos/velhos usos, o que significa novas/velhas formas comerciais. (Grifo do autor).

Ao longo dos anos, a cidade tomou características diferenciadas, uma vez que é dinâmica e necessita de aperfeiçoamento para atender aos anseios da

sociedade que nela vive. Daí, a importância da questão do espaço e do tempo. As formas e as funções mudam com o passar do tempo, moldam-se no espaço, e tal cenário se torna possível devido às novas técnicas criadas pelo homem para incrementar o espaço geográfico. Santos (1997, p. 76) destaca que a cidade

[...] é objeto de um processo incessante de transformações que atingem aquelas áreas necessárias à realização das atividades modernas de produção e de circulação. Os novos objetos surgem para atender a reclames precisos da produção material ou imaterial, criando espaços exclusivos de certas funções. À cidade como um todo, teatro da existência de todos os moradores, superpõe-se essa nova cidade moderna seletiva, cidade técnico-científica-informacional, cheia das intencionalidades do novo modo de produzir, criada na superfície e no subsolo, nos objetos visíveis e nas infra-estruturas, ao sabor das exigências sempre renovadas da ciência e da tecnologia.

É nos espaços urbanos, locais de concentração populacional, que a técnica se expressa intensamente. Assim, Cargnin (1998, p. 39) enfatiza que um lugar que passa por mudanças significativas impostas pelo capital é o centro. Segundo o autor, nas últimas décadas, a forma e a regionalização interna das cidades passaram por significativas mudanças. As novas características do processo de acumulação e o avanço da técnica e da ciência atingiram as práticas espaciais e reestruturaram a malha urbana. Uma das áreas mais afetadas por essas transformações foi, sem dúvida, o centro das cidades.

Em vista disso, o centro urbano tornou-se um ponto importante na discussão que permeia os estudos da metrópole, compondo um conjunto de elementos que fazem dela local de concentração social e econômica. O centro é facilmente identificado, pois mantém uma ligação direta com as demais partes de uma cidade. Possui uma característica de modernidade, que é a concentração de atividades econômicas e fluxos de pessoas e veículos, tornando-se local de ação do modo de produção capitalista e alvo da especulação imobiliária, o que aumenta a disputa pelo acesso ao solo urbano. Dessa forma, em um primeiro momento o centro caracteriza-se como lugar dotado de uma variedade de comércio e de serviços destinados a atender a toda a cidade. Porém, é preciso muito cuidado ao fazer esse tipo de relação, pois o conceito e a função desse local são mais complexos do que parecem.

De acordo com Corrêa (2001), a área central expressa uma característica da metrópole moderna. É uma localização privilegiada, onde se aglomeram atividades de comércio e de serviços, bem como uma gama de estruturas básicas, a fim de minimizar o tempo e de aumentar os lucros. Entretanto, o autor não faz uma análise profunda acerca da constituição do centro, no que diz respeito à sua função e a quem ele favorece.

Divergindo da idéia apontada por Corrêa, Villaça (2001, p. 239) diz que o centro, além de localizar certas atividades, surge

[...] a partir da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios. Ele, como todas as “localizações” da aglomeração, surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle (não necessariamente minimização) do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos.

A partir da escolha desse ponto de uso comum, há uma organização no intuito de promover a concentração de instituições, para atender aos interesses da comunidade. E o centro é o local que será alvo da disputa, do poder. Surge, a partir daí, a valorização do solo urbano, a densidade da infraestrutura, iniciando a segregação daqueles que não podem se fixar no centro, ou nas áreas adjacentes a ele.

A esse respeito, Villaça (2001, p. 242) enfatiza que “os centros não são centros porque neles se localizam os palácios, as catedrais ou os bancos”. São centros porque a partir deles surgem as disputas das classes sociais para produzir espaços diferenciados. Assim, esses locais se tornam acessíveis a uns e a outros, não. A classe abastada detém o poder sobre o centro, deixando o “não-centro” para os pobres, e ambos são produzidos pelo mesmo processo.

Dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia. Os centros urbanos principais são, portanto (ainda são, em que pesem suas recentes decadências), pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação. (VILLAÇA, 2001, p. 244).

Em Goiânia (Figura 01), com as transformações ocorridas nas últimas décadas, não há mais somente um centro, pois a atual dinâmica socioespacial pulverizou algumas atividades, criando novas áreas centrais.

Um fator de transformação dos centros das cidades é a sua metropolização, que busca a ampliação dos fluxos de informação e possibilita maior deslocamento e acessibilidade. Porém, esses novos centros não são criados para toda a sociedade, mas para aqueles que podem pagar para neles se fixarem e usá-los. Geralmente são dotados de atividades sofisticadas e diversificadas, além de alguns órgãos públicos, instalados nesses locais para promovê-los como novos cartões-postais da cidade.

Essa situação é bastante visível em Goiânia. O centro ainda é dominado pela classe abastada, assim como as novas áreas de centralidades, como os setores Oeste, Bueno, Marista, Nova Suíça e Jardim Goiás. Já o “não-centro” compreende as áreas periféricas, que se encontram distantes; no entanto, não se trata unicamente de uma periferia espacial, mas social. Nesse caso, não há mais distância entre o rico e o pobre, como acontece no condomínio horizontal fechado Aldeia do Vale – na região leste, próximo ao setor Vale dos Sonhos, cuja ocupação é irregular – e no Condomínio do Lago, na região oeste da cidade.

A respeito da centralidade, Lefebvre (1999, p. 110) afirma:

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estiliza. Não importa qual ponto possa tornar-se central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo. Amontoamento de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano. (Grifo do autor).

O urbano concentra o diferente, essa é a sua lógica. É na cidade onde tudo se realiza, onde a diferença advém de outras diferenças, moldando as práticas sociais. O urbano concentra ou produz os conflitos e “ele se liga, de um lado, à *lógica da forma*, e, de outro, à *dialética dos conteúdos* [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 112). Portanto, para o autor, a centralidade sempre existiu e consiste no fato de reunir, amontoar, recolher algo na prática social.

Beltrão Spósito (2001) aponta que as áreas centrais resultam de um processo histórico de localização das atividades de comércio e de serviços. A autora ressalta também que está havendo a multiplicação dessas áreas centrais, uma reestruturação da cidade. Para ela, o centro não sobrevive sem que revele a sua centralidade, assim como a centralidade não existe sem a concentração que o centro possibilita. Então, a autora faz uma diferenciação bastante pertinente entre centro e centralidade:

Se o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território, relacionando a compreensão da centralidade, no plano conceitual, prevalentemente à dimensão temporal da realidade.

O que é central é redefinido em escalas temporais de médio e longo prazo pela mudança na localização territorial de atividades. A centralidade é redefinida continuamente, inclusive em escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das idéias e dos valores. (BELTRÃO SPÓSITO, 2001, p. 238).

Diante disso, o centro é o fixo e a centralidade é o fluxo. Sendo a centralidade efêmera, ela sobreviverá somente enquanto houver a concentração de determinado fixo que possibilite o movimento no território. Ainda segundo Beltrão Spósito (2001, p. 238):

A cada nova localização de atividades que gera e exige concentração, há uma redefinição da centralidade que resulta do que muda em relação com o que permanece, no plano territorial e no plano das representações que se constroem sobre o espaço urbano e suas áreas centrais.

A localização torna-se essencial na análise feita por Villaça (2001) e Beltrão Spósito (2001). Ela é o elemento principal que estrutura o espaço intraurbano; é a partir da disputa das melhores localizações que a cidade se torna fragmentada e a segregação se acentua.

A multiplicação das áreas centrais, mencionada por Beltrão Spósito (2001), é justificada, em parte, pela concentração de comércio, de serviços (e instituições públicas) no chamado centro tradicional. Tal concentração faz surgir grande fluxo de pessoas em busca de trabalho, de lazer, de consumo etc., provocando um aumento de veículos e de transeuntes, tornando-o caótico. Outro aspecto é o que diz respeito à instalação de novos empreendimentos que, devido a essas características mencionadas e à busca de espaços maiores para determinadas atividades, são transferidos para outros locais. Surgem, assim, novas áreas centrais que proporcionam maior fluidez e possibilidade de incorporar novas funções que o centro tradicional não pode mais oferecer.

Corrêa (2001, p. 126) chama esse processo de descentralização, afirmando que ele “implica em uma diminuição relativa da acessibilidade da Área Central, e aumento relativo da acessibilidade de outros locais, à qual está associado o desenvolvimento dos meios de transporte intra-urbanos mais flexíveis [...]”.

De acordo com Beltrão Spósito (2001), a descentralização das atividades comerciais e de serviços faz surgir centralidades múltiplas e polinucleadas na metrópole, cada uma voltada para uma determinada classe social. Essa reestruturação interna sofrida pelas metrópoles se expressa sob diferentes formas de expansão, como:

[...] abertura de novos loteamentos urbanos, destinados a engendrar diferentes padrões ocupacionais; construção de grandes conjuntos habitacionais, associados ou não à instalação de pequenos equipamentos para a realização de um consumo imediato; aparecimento de grandes equipamentos comerciais e de serviços (*shopping centers* e hipermercados) e, mesmo, de outros centros de atividades mais complexos, que incluem a presença de sedes de empresas, serviços de hotelaria e espaços para a realização de

eventos de toda natureza. (BELTRÃO SPÓSITO, 1998, p. 30; grifo da autora).

A partir da metrópole de São Paulo, Tourinho (2006) empreende uma discussão sobre centro, centro expandido e cidade central. A autora faz uma diferenciação a fim de sanar algumas confusões entre tais conceitos. Segundo ela, o centro possui um caráter concentrado, resultante do centro velho e do centro novo, que se consolida a partir dos anos de 1950. O centro expandido, que é de caráter disperso, é uma área equipada e consolidada constituída a partir de 1960 e final da década de 1980. Por fim, as novas centralidades – que para a referida autora possuem caráter fragmentado – foram criadas a partir dos anos de 1980. As novas áreas de centralidades estão localizadas, em sua maioria, no centro expandido, sendo resultado das operações imobiliárias e urbanísticas, produto de operações de revitalização urbana.

De acordo com Tourinho (2006, p. 287), esses novos lugares equipados não devem ser denominados de “novas centralidades” porque não existem “velhas centralidades”, e sim novas áreas de centralidades. Em suas palavras:

O que existem são, assim, ‘novas áreas’ de centralidade e novos sistemas de produzir centralidade perante uma sistemática tradicional de produção de centralidade associada a uma determinada forma física da cidade que era depositária dessa centralidade, o Centro da cidade.

Villaça (2001), ao discutir o surgimento de um centro expandido ou centro novo, ressalta que isso ocorreu porque as classes de melhor poder aquisitivo “abandonaram” o centro tradicional, deixando-o deteriorar. Esse novo centro especializado abriga lojas, consultórios, cinemas, restaurantes, bancos etc., destinados à classe de alta renda.

Para Cargnin (1998), o centro não entrou em decadência ou deteriorou-se; o que houve foi a transformação de suas principais características: “O centro urbano sempre foi reconhecido como uma das áreas mais importantes, devido aos papéis que desempenha perante o restante da cidade” (p. 39). Da mesma forma que cada cidade, o centro também tem seu estilo, de acordo com os atores que o produzem. Ou seja, o centro possui uma centralidade própria.

Montessoro (2006, p. 41) discute a apropriação do centro da cidade pelos camelôs e a sua estruturação através do consumo:

O centro não é apenas a concentração do grande comércio e das instituições, uma vez que discutimos a idéia do centro como um ponto para a realização das necessidades materiais e imateriais, justificando a idéia da constituição das atividades do comércio informal que

também estão inseridas na lógica da apropriação e reprodução dos espaços. O centro reflete, então, as atitudes e os anseios do grupo através das práticas socioespaciais [...].

Na dinâmica da produção do espaço urbano de Goiânia, o centro da cidade surgiu com sua própria fundação (24 de outubro de 1933), mas teve expressão somente a partir de 1960, período marcado pelo reconhecimento de Goiânia como polo de comércio e de serviços. Antes, o município de “Campininha das Flores” – que passou a ser bairro de Goiânia, o atual setor Campinas –, como já tinha seu núcleo urbano consolidado, exercia o papel de centro da cidade (VAZ, 2002).

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) confirma essa afirmação: “O centro da cidade passou a ser o local de concentração do comércio, escritórios e principais serviços. O centro de Campinas ficou em segundo plano, [...]” (GOIÂNIA, 1992, p. 15). Nessa mesma década, a área central passou por um processo de verticalização por parte da classe de alta renda e houve a expansão horizontal dos bairros periféricos (GOIÂNIA, 1992; PAULA, 2003).

A partir da década de 1980, o centro de Goiânia entrou em um processo de “abandono” por parte da classe de maior poder aquisitivo que, em busca de outros locais para atender a suas necessidades, formou o chamado centro novo ou centro expandido. Paula (2003), em seu estudo sobre o espaço intraurbano de Goiânia, constatou a centralidade exercida pelos setores Oeste, Bueno e Marista, lugares que concentram, há algumas décadas, atividades comerciais e serviços sofisticados e especializados.

Na mesma ótica, Vaz (2002) aponta outros setores que se destacam na metrópole goianiense, como: Campinas, Norte Ferroviário, Vila Nova, Aeroporto, Coimbra, Sul, Pedro Ludovico e Jardim Goiás. Vale ressaltar que cada uma dessas centralidades, ou subcentros, é destinada a uma classe social.

Carlos (1996, p. 58) aponta que a fragmentação

[...] produz um constante movimento de atração-expulsão da população do centro para a periferia e vice-versa. Produz também uma multiplicidade de centros que tende a dissipar a consciência urbana na medida em que o habitar hoje a metrópole tem um sentido diverso, mudando hábitos e comportamentos, bem como formas de apropriação do espaço público, além da dissolução de antigos modos de vida e relações entre pessoas.

Em Goiânia, essas novas centralidades foram produzidas sob uma lógica sedimentada no intuito de expandir e de valorizar certos lugares na metrópole. Isso ocorreu devido à parceria de diversos agentes, sendo o Estado o maior responsável, por meio das operações urbanas. Em relação à valorização e à criação de novas centralidades, é pertinente a colocação de Cavalcanti (2007, p. 15):

A valorização de uma área urbana está associada à produção/reestruturação do tecido urbano para criação de centralidades. É assim que segmentos de mais alto poder aquisitivo, com a mediação de certos agentes do urbano, procuram distinguir-se socialmente e o domínio pelo espaço integrando áreas escolhidas, segundo critérios objetivos e subjetivos, o que resulta na valorização dessas áreas.

Apesar da decadência do centro, compreende-se que ele não deixa de existir. Como observa Cargnin (1998), esse local sofreu transformações, tanto na sua configuração funcional quanto na social. O que se nota é que a decadência é pautada pela saída da classe abastada, como se ela desse vida ao centro; mas, na verdade, esse espaço continua sendo usado por toda a cidade e ainda cumpre seu papel de centro principal.

Destarte, os diversos lugares da metrópole goianiense merecem ser estudados com rigor. Todavia, é necessário buscar qual a fundamentação da expansão urbana e como se constitui a dinâmica dos seus lugares valorizados e segregados.

DIVERSIDADE E COMPLEXIDADE: OS LUGARES DE GOIÂNIA

Conforme o que foi discutido, torna-se importante compreender a lógica que permeia os diversos lugares de Goiânia, as direções da expansão urbana e a valorização de certos locais, a despeito da segregação de outros.

Desse modo, ao empreender a discussão sobre expansão urbana, deve-se atentar para a questão da localização, que envolve diferentes elementos da estrutura interna das cidades. Para compreender como se deram a ocupação e a expansão de Goiânia, é necessário perpassar, mesmo que de forma breve, a conjuntura na qual a cidade foi criada. Também é preciso verificar como foi se constituindo, ao longo dos anos, sua malha urbana.

A localização é o principal elemento da análise da dinâmica interna das cidades. Juntamente com ela, tem-se também a questão do valor do solo urbano, ou seja, as melhores localizações possuem um preço alto.

O espaço dotado de determinados objetos técnicos é a base da formação do valor de uso complexo. Segundo Ribeiro (1982), são elementos quantitativos e qualitativos, como vias de transporte, comunicação, moradias, praças, sistemas de abastecimento, entre outros, que tornam seu valor de uso complexo. Essa complexidade técnica da localização dificulta o acesso ao solo urbano por parte da

classe popular. Ribeiro (1982, p. 37) faz uma análise dessa produção e comercialização da moradia, e diz que o valor de uso é

[...] determinado pela articulação espacial de objetos imobiliários. O que é vendido não são apenas “quatro muros”, mas também um *ticket* de participação no consumo de objetos imobiliários. A importância desse elemento na determinação dos valores de uso das moradias cresce na razão direta da diferença do espaço construído, ou seja, quanto maiores as desigualdades quantitativas, qualitativas e locais do sistema espacial de objetos imobiliários, maiores serão as diferenças dos valores de uso da moradia. (Grifo do autor).

O autor ressalta, ainda, que o mercado imobiliário age de forma livre, porque o governo não é capaz de regular de forma eficiente o mecanismo de valorização da terra. Isso não ocorre somente no Brasil, mas também em outros países latino-americanos (RIBEIRO, 1982).

Acerca do assunto, Souza (1994) diz que a renda do solo urbano advém da sua localização. Construções em terrenos com localizações diferentes, apresentam valores diferenciados.

Para Villaça (2001), o preço do solo é determinado pela localização. É a localização que vai dizer se o local é mais ou menos valorizado.

A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – valor que, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte. (VILLAÇA, 2001, p. 72)

Acerca dos principais eixos de comércio e de serviços, nota-se que estes estão espalhados por toda a cidade, afirmando a diversidade e a polinucleação de Goiânia. Como exemplo disso, temos a Avenida Jamel Cecílio, no setor Jardim Goiás; a Avenida Central, no Jardim Nova Esperança; as avenidas T-63 e 85, que concentram hipermercados e *shopping centers*; e a Avenida Anhanguera, na saída para Inhumas, onde recentemente foram inaugurados um *shopping center* e um hipermercado. Aliás, podemos destacar que os centros de compras e os hipermercados são estratégias do capital para “promover” certos lugares e transformar a localização em mercadoria.

A questão da valorização socioespacial nos induz a pensarmos na questão da cidadania, perante um mundo cada vez mais centrado no consumo. Santos (1987, p. 81) argumenta que hoje o que se tem é um consumidor alienado, e não um cidadão:

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em

função das diferenças de acessibilidade [...] independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Sobre o que foi enfatizado acima, o intuito não é fazer uma discussão profunda sobre renda da terra, e sim relacioná-la com a desigualdade existente nas metrópoles, demonstrando a face cruel do modo de produção capitalista.

O ritmo da metrópole é intenso, conflitante, desigual, segregador, denso em objetos técnicos e atividades comerciais. A metrópole também é o local do encontro, do lazer, de cenários que fazem dela local de práticas sociais. Oliveira (2006, p. 64) mostra isso, ao dizer que “[...] reconhecer a metrópole significa reconhecê-la repetidamente na dimensão do seu cotidiano, no ir-e-vir da casa para o trabalho, para a escola, para o lazer, para a vida social e cultural. É assim que, de fato, reconhecemos a metrópole”.

Com relação a Goiânia, para visualizar a diversidade dos lugares hoje nela existentes, é necessário levantar alguns questionamentos, como: quais os fundamentos da expansão e da valorização da cidade para a sua região sul e a segregação de outras áreas (por exemplo, a região noroeste)? Atualmente, qual é a direção da expansão urbana goianiense? Quais agentes impulsionaram a criação de centralidades na capital? Como estão organizados os lugares de Goiânia?

Antes de tudo, a expansão da malha urbana e a valorização dos lugares estão diretamente ligadas à atuação dos agentes que produzem os espaços urbanos. Tais agentes são: o capital, o Estado, os proprietários fundiários, os incorporadores imobiliários e os agentes excluídos (PAULA, 2003; CAVALCANTI, 2007; CORRÊA 1995).

A expansão urbana ocorre por meio da promoção de áreas para residência, localizadas na periferia, que não possuem infraestrutura e que através dos vazios urbanos esperam por valorização, acentuando a especulação imobiliária. A expansão ocorre também com a instalação de determinados equipamentos urbanos, que acabam por agregar em torno de si uma gama de atividades, trazendo consigo a classe abastada; ou, vice-versa, a classe abastada migra para áreas equipadas (ou não) e proporciona a sua valorização (CAVALCANTI, 2007).

Os agentes imobiliários destacam-se como um dos principais atores no processo de expansão urbana e de criação de localizações privilegiadas. Tais agentes geram a valorização do solo urbano em determinados pontos da cidade e criam novas

centralidades. Usam do fator locacional para “promover” certas áreas, acentuando, assim, a segregação socioespacial. Desse modo, Paula (2003, p. 76-77) salienta:

O papel dos agentes imobiliários na produção de novas centralidades se dá mediante a produção de novos espaços para as classes de alto poder aquisitivo, com o intuito de promover a valorização de novas regiões, atraindo para esses locais uma gama de investimentos, além de promover ali a concentração de vários tipos de atividades. Sua contribuição se dá ainda na instalação de equipamentos urbanos, tais como: os *shopping centers* e os grandes supermercados, que por sua vez acabam formando novos fluxos indutores de centralidade.

Nesse processo, é relevante o papel do Estado, que exerce o poder de regulação/organização do espaço. Para isso, é empregado o zoneamento, um instrumento que, usado de forma correta pelos gestores, pode contribuir para a diminuição da falta de moradia e para evitar a ocupação de áreas públicas, que cria a cidade ilegal. Ponderando sobre esse assunto, Maricato (2001, p. 115) afirma que “o zoneamento pode contribuir para expandir o mercado habitacional e baratear o custo da moradia. Pode definir áreas de usos mistos ou de moradias de diferentes faixas de rendas”.

Acerca do assunto, Souza (2006) diz que um dos meios de promoção da justiça social na cidade é a aplicação dos instrumentos, por parte do poder público. Os instrumentos urbanísticos usados de forma a contemplar o bem-estar da sociedade são uma saída para diminuir a grande desigualdade socioespacial das cidades. Entre eles, temos o próprio zoneamento, que já foi discutido anteriormente, o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, a contribuição de melhoria, o parcelamento e a edificação compulsórios, e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que buscam regularizar as áreas de posse já existentes e possibilitar a criação de outras, para a classe de menor poder aquisitivo.

Porém, percebe-se que por meio dessa funcionalização do espaço urbano o Estado acaba por beneficiar a classe de maior poder aquisitivo. De um lado tem-se o uso do solo valorizado, com áreas bem equipadas, limpas e sempre organizadas. De outro, e em contradição, há os bairros distantes, onde vive a classe popular, que luta por melhores condições.

Assim, segundo Singer (1980, p. 82) “o funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar”. E também, conforme ressalta Villaça (2001, p. 45), a “dominação através da estruturação do espaço intra-urbano visa principalmente à apropriação diferenciada de suas vantagens locacionais”.

Ao discutir sobre o processo de urbanização brasileiro, Maricato (2001) destaca a existência da cidade legal e da cidade ilegal, e afirma que há uma forte relação entre o poder público e o mercado imobiliário.

[...] o controle urbanístico (a fiscalização sobre o uso e a ocupação do solo), de competência municipal, se dá somente na cidade legal. Para os assentamentos precários ilegais, em áreas que não interessam ao mercado imobiliário, a fiscalização é precária. [...]. Existe também, portanto, uma correlação entre mercado e gestão pública urbana. Mas essa relação vai mais longe. O mercado imobiliário controla os investimentos públicos urbanos que são o fator mais importante da valorização imobiliária. Isso justifica e explica a sofisticação dos *lobbies* existentes sobre a orientação dos investimentos públicos no processo de urbanização. (MARICATO, 2001, p. 43; grifo do autor).

A autora ainda diz:

O desconhecimento da cidade real pelas classes médias e dominantes da sociedade é reforçado pelo seu confinamento a uma área de circulação restrita pelas “ilhas de primeiro mundo”. A concentração de infra-estrutura e equipamentos urbanos aliada ao mau funcionamento dos transportes públicos vai determinar a ocupação densa da cidade hegemônica. Esses circuitos fornecem a ilusão de um espaço relativamente hegemônico, contando com comércio e serviços requintados. Não são apenas a estrutura administrativa municipal, os cadastros urbanos e o orçamento público que se organizam em virtude desse espaço restrito. Uma imprensa dedicada ao “estilo de vida” aí existente reforça a idéia predominante que toma o global pela centralidade oficial. (MARICATO, 1996, p. 27).

Assim, torna-se presente nesse cenário a disputa das camadas sociais, uma vez que a classe abastada monopoliza o ordenamento da cidade, criando imagens e funcionalizando-a a fim de manter seu poder. Assim, é configurada uma cidade bem planejada, ordenada etc., ocultando a realidade com um sistema urbano precário, que predomina na maioria de seus lugares.

Diante dos fatos, pode-se inferir que a segregação socioespacial em Goiânia é bem acentuada. Conforme já foi analisado, há uma diversidade de locais na metrópole contraditoriamente compartilhados pelos diferentes grupos sociais. Isso pode ser visualizado em algumas regiões ou bairros da capital, como o Jardim Goiás, que abriga uma classe de melhor poder aquisitivo, mas que possui áreas de ocupação clandestina. A região sudoeste também abriga integrantes da classe média – que convivem com membros de uma classe de renda inferior –, e ainda comporta muitas áreas de habitação de interesse social.

Conforme dito anteriormente, Goiânia é uma cidade que já nasceu segregada. Esse processo foi conduzido pelo poder público, na década de 1980, promovendo a criação de bairros populares, totalmente sem benefícios, nas regiões afastadas da cidade (como a Vila Mutirão, na região noroeste). Sem condições para

pagar por lotes na periferia, muitas pessoas invadiram terras para se instalarem (o que aconteceu no Jardim Nova Esperança, também na região noroeste). Posteriormente, na década de 1990, os agentes imobiliários foram os principais responsáveis pela promoção da segregação/valorização, atuando – como ainda hoje – nas regiões sul, sudoeste e leste.

A segregação socioespacial é perceptível na paisagem urbana de qualquer cidade, por isso é preciso fazer uma análise de toda sua teia de significados. Segregação para Villaça (2001, p. 142): “[...] é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjunto de bairros* da metrópole” (grifo do autor).

Ao analisar a segregação socioespacial em São Paulo, Caldeira (2000) discute os diferentes padrões seguidos nos últimos anos e destaca o surgimento, a partir da década de 1980, de uma nova forma de moradia: os condomínios fechados. Esses condomínios têm como público-alvo as classes média e alta, que possuem um elevado padrão de consumo. São, portanto, espaços exclusivos, onde os ditos iguais estão separados dos considerados diferentes (que é a classe de menor poder aquisitivo) por altos muros, e onde há consumo e lazer à disposição dos moradores.

Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. (CALDEIRA, 2000, p. 258).

Com o lançamento dos condomínios fechados, o *marketing* impõe às pessoas a necessidade de comprar os recursos naturais (ar puro, bosques etc.) e a proteção (contra a violência e contra o caos dos centros urbanos, entre outros fatores). Corrêa (2001) identifica os condomínios fechados como “eldorados” para a classe média. O autor cita o processo de autossegregação, ou seja, o isolamento de grupos sociais abastados, que podem residir onde quiserem, de preferência em locais repletos de amenidades e com novos estilos de vida. Essa autossegregação, segundo Corrêa (2001, p. 165),

[...] traduz-se no muro e na guarita que controlam os que entram e saem; no policiamento particular que constantemente percorre as aprazíveis vias internas do condomínio. E também na possibilidade de uso exclusivo de certos serviços pessoais, restaurantes, lazer variado e abundante e mesmo de uma educação pública eficiente.

Sobre a concentração dos condomínios, Villaça (2001, p. 184) ressalta:

A moderna incorporação imobiliária atua dentro de um conjunto de forças, dentre as quais se destacam a crescente concentração do capital imobiliário; uma crescente massificação da demanda na qual se inclui a produção ideológica de novos estilos de vida e de novas formas de morar; os efeitos da difusão do automóvel e da produção, pelo Estado, de vias expressas e de auto-estradas e, finalmente, a difusão dos *shopping centers*.

Em Goiânia é possível verificar a existência de um número crescente de condomínios horizontais fechados. A Tabela 1 mostra quais são esses condomínios, as datas de aprovação pela prefeitura, a quantidade de lotes e a região em que estão inseridos. Vale ressaltar que além desses locais relacionados na tabela existem outros condomínios espalhados pela cidade, inclusive voltados para uma classe de menor poder aquisitivo, como o Residencial Terra Nova (condomínio fechado de casas, com área de lazer, vigilância etc.), em fase de construção, próximo à Vila Mutirão e ao Jardim Curitiba IV.

Tabela 1: Condomínios horizontais fechados em Goiânia (2008)

Nome	Data de aprovação	Lotes residenciais	Região
Privê Atlântico	1968	3.116	Sudoeste
Jardim Florença	1996	408	Sudoeste
Aldeia do Vale*	1999	584	Leste
Residencial Granville	1997	759	Sudoeste
Jardins Madri	1999	943	Sudoeste
Portal do Sol I	2000	528	Sudeste
Alphaville Flamboyant	2000	1.110	Sudeste
Portal do Sol II	2000	772	Sudeste
Jardim Paris	2002	320	Sudeste
Jardim Atenas	2002	451	Sudeste
Residencial Araguaia	2003	558	Sudeste
Residencial Goiânia Golf Clube	2003	860	Sudeste
Jardins Milão	2004	282	Sudeste
Condomínio do Lago	2002	289	Oeste
Jardins Lisboa	2005	498	Sudoeste

Fonte: SEPLAM, 2008.

Dados organizados por: Elaine A. L. Correa.

Como mostra a Tabela 1, a maioria dos condomínios horizontais fechados está localizada nas regiões sudoeste e sudeste. Apesar de o Privê Atlântico (criado em 1968) ter sido o primeiro condomínio fechado em Goiânia, foi a partir da década de 1990 que houve efetivamente a proliferação desse tipo de moradia na cidade. Tal fato marcou um novo período de criação de espaços segregados na metrópole goianiense (ALMEIDA, 2007; SEPLAM, 2002).

A partir do ano de 2000, a expansão dos condomínios horizontais de luxo se voltou para a região sudeste, como o Alphaville Flamboyant (2000) e o Residencial

Goiânia Golf Clube (2003), entre outros. Pode-se inferir que esse crescimento se deu, em parte, devido às transformações socioespaciais ocorridas na região, que possui diversidade econômica e densidade em equipamentos urbanos, como o Shopping Center Flamboyant e o Estádio Serra Dourada.

De acordo com Bernardes e Junior (2007), Goiânia é a terceira cidade do país em número de condomínios horizontais fechados. Sobre esse assunto, Almeida (2007, p. 117) ressalta:

A metrópole goianiense apresenta um número cada vez maior de espaços exclusivos e “elitizados” para se tornarem mais “seguros” para se viver. Essa expansão horizontal, com as grandes glebas dos condomínios fechados, amplia *pari passu* a expansão de investimentos e lucros do mercado imobiliário ou até dos limites urbanos, [...] regulada com o beneplácito do Poder Público, pelas legislações sobre o uso e ocupação do solo. A classe média-alta acompanha esse processo de especulação imobiliária, implicando em uma demanda habitacional e em uma distinção socioespacial.

Ainda segundo a autora, as áreas próximas a *shopping centers* e aos condomínios fechados passam por um processo de valorização do solo. Almeida (2007) também cita os casos do Alphaville Flamboyant, do Portal do Sol I e II, do Aldeia do Vale (próximo ao Jardim Guanabara), do Residencial Eldorado e do Granville (próximos ao Celina Park), além dos vários prédios de luxo, que valorizaram seus entornos.

Retomando a discussão sobre o acesso ao solo urbano, Ferreira (2007) destaca que é clara a valorização socioespacial de alguns lugares da cidade de Goiânia. Os valores estão demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Valores médios do m² (residencial) em alguns setores de Goiânia – 2007

Setor	Valor por m ² em R\$
Aeroporto	1.995,89
Oeste	2.325,20
Bueno	2.107,82
Universitário	1.882,25
Cidade Jardim	1.825,40
Eldorado	1.525,10
Jd. Goiás	2.500,00
Sudoeste	1.444,94
Jd. América	1.880,81
Alto da Glória	2.047,43
Redenção	1.999,53
Nova Suíça	2.465,14
Pq. Amazônia	1.557,44
Pedro Ludovico	1.968,70
Bela Vista	1.973,14

Fonte: Ferreira, 2007. Dados organizados por: Elaine A. L. Correa.

Ao analisar a Tabela 2 é possível constatar que o setor Jardim Goiás possui o metro quadrado mais caro da capital (R\$ 2.500,00). Nas últimas décadas, o bairro vem sofrendo uma reestruturação. Ele se constitui em uma centralidade que atende a uma pequena parcela da elite goianiense. Alvo da especulação imobiliária, o bairro possui um crescimento vertiginoso de condomínios verticais de luxo e foi assunto bastante abordado pela mídia nos últimos tempos, devido à reformulação do Plano Diretor de Goiânia. De acordo com Rosa (2008), o Jardim Goiás sempre foi alvo da especulação; essa estratégia foi utilizada pelo próprio dono da gleba a ser loteada, que reservou suas terras para futura valorização com a instalação de grandes equipamentos, como o Estádio Serra Dourada e o Shopping Center Flamboyant.

Os outros bairros que apresentam alta valorização estão localizados também na região sul da cidade: os setores Nova Suíça (R\$ 2.465,14), Oeste (R\$ 2.325,20) e Bueno (R\$ 2.107,82). Ao dissertar sobre os lugares valorizados dessa região da capital goiana, Marinho (2005) aponta os setores Nova Suíça, Bela Vista e Parque Amazônia, entre outros. A autora ressalta que

[...] a Região Sul, ao longo da produção do espaço urbano da capital, sofreu intensa ocupação populacional e atraiu a instalação de atividades econômicas. Isso favoreceu a implantação de infra-estrutura e os investimentos da construção civil no seu espaço, a partir da década de 1970. A estruturação e a verticalização da Região acabaram por promover a valorização dos terrenos aí localizados e, conseqüentemente, reforçaram sua posição de lugar “nobre” no imaginário do goianiense. (p. 179).

O Residencial Eldorado, apesar de não estar localizado no lugar mais nobre de Goiânia, apresenta um preço considerável de R\$ 1.525,10 por metro quadrado. Provavelmente esse valor sofrerá um aumento no decorrer dos anos, devido à crescente valorização pelo fato de a área estar localizada, segundo o Plano Diretor (GOIÂNIA, 2007), em área adensável (unidade territorial que visa maior adensamento habitacional e de atividades econômicas), onde se pode verticalizar.

A região sudoeste de Goiânia também vem passando por uma expansão urbana e por valorização socioespacial. Essa dinâmica se deve a alguns fatores, como: a criação de condomínios fechados (tanto horizontais como verticais), a ocupação ilegal do Parque Oeste Industrial (que originou a criação de um bairro para os invasores) e a construção do Conjunto Habitacional Madre Germana. Também é necessário destacar a proximidade com o município de Aparecida de Goiânia e, principalmente, a condição favorável da região, no que diz respeito aos aspectos topográfico e geológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das formas de se estudar o urbano é a análise de sua centralidade que proporciona uma compreensão da espacialização das diferentes classes sociais na metrópole. Elementos como, a paisagem urbana, a expansão urbana, a valorização e a segregação socioespacial se tornam relevantes na medida em que nos revela a existência não apenas de uma cidade, mais de duas cidades distintas, uma para a classe abastada e outra para a classe de menor poder aquisitivo.

Dos processos presentes no espaço urbano de Goiânia, a segregação socioespacial se torna visível, a disputa das classes sociais reflete nas centralidades múltiplas e polinucleadas existentes na cidade, além da expansão dos condomínios horizontais em que as residências de luxo contrastam com áreas populares.

Esse trabalho possibilitou um entendimento dos fenômenos presentes no espaço urbano de Goiânia, os diferentes fluxos presentes nele e o uso que as classes sociais fazem da cidade. Tais fenômenos tornam a cidade complexa e dinâmica, sendo necessário uma análise profunda das relações sociais e espaciais, pois essa reestruturação intra-urbana configura constantemente novos fluxos, pois a cidade não é estática. É somente um olhar lançado dentre tantos outros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A. Olhando a metrópole atrás dos muros. In: PAULA, F. M. A; CAVALCANTI, L. S. (Org). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Editora. Vieira, 2007. p. 116-139.
- BELTRÃO SPÓSITO, M. E. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 27-37, 1998.
- _____. Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____ (Org). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.
- BERNARDES, G. D; JUNIOR, A. A S. Condomínios horizontais fechados: uma reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de Goiânia. In: **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 209-225, jul./dez. 2007.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CARGNIN, A. P. As cidades se transformam, o centro se mantém na forma: redistribuindo o reconhecimento e a delimitação dos centros urbanos. In: **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 39-52, jun. 1998.
- CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVALCANTI, L. S. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para a participação em sua gestão. In: PAULA, F. M. A.; CAVALCANTI, L. S. (Org). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2007, p. 116-139.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FERREIRA, S. Jardim Goiás tem o m² mais caro de Goiânia. **O Popular**, Goiânia, 1º abr. 2007. Economia, p. 16.

GOIÂNIA. Instituto de Planejamento Municipal da Prefeitura de Goiânia. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG)**. Goiânia, 1992.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Planejamento. **Relatório preliminar**: Plano Diretor de Goiânia. Goiânia, 2007.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARINHO, C. **Metrópole**: construindo paisagens, lugares e valores. Goiânia: Descubra, 2005.

MONTESSORO, C. C. L. **Centralidade urbana e comércio informal**: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO. 2006. 384 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

OLIVEIRA, M. P. Reconhecendo a metrópole no cotidiano. In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Org). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

PAULA, F. M. A. **Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia**: uma análise da centralidade dos setores Bueno, Oeste e Marista. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

RIBEIRO, L. C. de Q. Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação. In: SILVA, L. A. M. (Org). **Solo Urbano**: tópicos sobre o uso da terra, Debates urbanos 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1982.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEPLAM. Secretaria Municipal de Planejamento. **Radiografia socioeconômica de Goiânia 2002**. Goiânia, 2002.

_____. **Sistema de Bairros de Goiânia**. Prefeitura de Goiânia: Secretaria Municipal de Planejamento, Goiânia, 2008.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, p. 77-91, dez. 1980.

SOUZA, M. A. A. **A identidade da metrópole**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1994.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica do planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TOURINHO, A. O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, A. U.; CARLOS, A. F. A. (Org). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

VAZ, M. D. A. C. **Transformação do centro de Goiânia: renovação ou reestruturação?** 2002. 269 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.